

**LARISSA OLIVEIRA FALCARI** | larissa\_falcari@hotmail.com  
Graduada em Relações Internacionais- FACAMP

**LUIZ M. NIEMEYER** | Iniemeyer@pucsp.br  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP e do  
Curso de Relações Internacionais da FACAMP

**Recebimento do artigo** Julho de 2018 | **Aceite** Novembro de 2018

**Resumo** O presente artigo tem como objetivo analisar quais os interesses econômicos envolvidos na determinação das políticas de austeridade para combater a crise grega bem como o impacto destas políticas na população grega até 2017. Para tanto, parte-se da análise de quatro aspectos principais: a formação e estrutura da Zona do Euro, e os países que mais influenciaram as políticas do Banco Central Europeu; a falta de convergência econômica da Zona do Euro e os países mais beneficiados pela criação da moeda única; aspectos estruturais do processo de integração econômica da Europa, mais especificamente o caso grego; por fim, as causas da crise grega e o porquê da escolha das políticas de austeridade para combatê-la. A conclusão a que se chega é que, apesar do discurso “mainstream” apontar melhoras nos fundamentos da economia grega, em 2016 e 2017, resultante das políticas de austeridade, cerca de um quarto da população grega desempregada fala por si só. **Palavras-Chave** Euro; Grécia; Zona do Euro; Crise e austeridade; Banco Central Europeu.

**Abstract** The objective of this study is to analyze the economic interests involved in the choice of the austerity policies as the way of combating the Greek crisis as well as the result of these policies for the Greek population until 2017. Therefore, it analyzes four main aspects: the formation and structure of the Eurozone, and the countries that have influenced the European Central Bank politics; the lack of economic convergence in the Eurozone and the countries that were benefited with the creation of the common currency; the structural aspects of Europe's economic integration process focusing on the Greek case; at the end, the causes of the Greek crisis and the reasons why the austerity measures were chosen. The conclusion is that in spite of the mainstream discourse regarding the improvement of the country economic fundamentals in 2016 and 2017, a quarter of Greek population unemployed speaks by itself. **Keywords** Euro; Greece; Eurozone; austerity; European Central Bank; crisis.

## Introdução

Desde a crise de 2010 até o presente momento, a Grécia assinou três acordos de resgate (“bailout”). O primeiro, em 03 de maio de 2010, totalizando € 107 bilhões, sendo que € 72,8 bilhões foram desembolsados até março de 2012. O restante foi suspenso para ser incluso no segundo acordo de resgate. Este, assinado em 01 de março de 2012, envolveu além dessa inclusão, € 130 bilhões a serem desembolsados entre 2012 e 2014. O terceiro, em julho de 2015, envolvendo € 86 bilhões para serem desembolsados entre 2015 a 2018. Em nenhum desses três acordos, apesar da pressão do FMI, um alívio da dívida (“debt relief”) foi contemplado. Pelo contrário, a imposição de medidas de austeridade ao país foi o denominador comum.

Para o povo grego, os resgates e as medidas de austeridade que os acompanharam representam um custo enorme. O desemprego permanece surpreendentemente alto: 22,5% dos gregos estavam desempregados em março de 2017. E quase metade destas pessoas tem menos de 25 anos. Aqueles que trabalham, ganham menos. O salário mensal mínimo no início da crise foi de € 863,00. Em 2017 caiu para € 684,00. O grupo dos aposentados foi um dos mais atingidos. As reduções nas aposentadorias desde 2010 significam que 43% dos pensionistas vivem com menos de € 660,00 por mês. As despesas governamentais em saúde foram reduzidas para metade entre 2010 e 2015, enquanto o orçamento educacional foi reduzido em 20% no mesmo período.

O presente artigo tem como objetivo analisar a crise econômica grega e buscar entender o porquê da escolha das políticas de austeridade para combatê-la, levando em consideração a formação e estrutura da Zona do Euro. A pergunta a ser respondida é: quais os interesses econômicos envolvidos nas políticas de austeridade determinadas pelo Banco Central Europeu para combater a crise grega? A visão disseminada pelas autoridades europeias, de que houve irresponsabilidade fiscal do governo grego, leva a uma leitura moral da crise e omite outros fatores que contribuíram para a mesma. Associado a isso, o discurso “mainstream” comemora os bons fundamentos da economia grega a partir de 2016.

Nossa hipótese, todavia, é que a crise tem uma origem estrutural na medida em que as assimetrias existentes entre os países membros aumentaram com a criação e ampliação da Zona do Euro. A introdução do euro significou a implantação de políticas neoliberais nos países periféricos desta zona (Sul da Europa e Leste Europeu) e a conseqüente integração econômica na base “level playing field”. Portanto, as medidas de austeridade adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE) na economia grega servem, em primeiro lugar, aos interesses dos bancos e da comunidade financeira das grandes potências, principalmente europeias, em detrimento dos países periféricos como a Grécia. Tais políticas podem ter ajudado a impedir o colapso do mercado financeiro, mas não fizeram com que o país saísse da crise e pioraram as condições sob as quais a população grega vive.

Na seção 1, discutimos o processo de formação da Zona do Euro e do BCE. Na seção 2, fazemos uma análise crítica a respeito dos aspectos teóricos que embasam as políticas de austeridade. Na seção 3, a questão das assimetrias e a ampliação do processo de integração são abordadas. Na seção 4, fazemos uma rápida análise da Grécia antes da crise de 2010. Na seção 5, discute-se as origens da crise da Zona do Euro com ênfase ao caso grego. Na seção 6, apresentamos os resultados e as conseqüências das políticas de austeridade na Grécia. Finalizando, apresentamos nossas conclusões.

## O processo de formação da Zona do Euro e a criação do Banco Central Europeu (BCE)

A análise do processo de integração europeia é fundamental para compreender as razões da atual crise econômica, que teve início em 2008, e os interesses econômicos envolvidos na determinação das políticas de austeridade para combatê-la.

A ideia de criar o Sistema Monetário Europeu (SME), implantado em 12/03/1979, começou a ser debatida pelo então chanceler alemão Helmut Schmidt e pelo presidente francês Giscard d'Estaing, em 1978 (LOUREIRO, 2001). Schmidt só conseguiu apoio para a criação do Sistema Monetário Europeu porque permitiu que o Bundesbank – Banco Central Alemão – conduzisse a negociação da participação da Alemanha, tendo em vista que havia a preocupação de que atrelar o país a esse sistema poderia limitar suas políticas domésticas. Segundo Pavese, “contrariando a posição inicial do governo (alemão), o plano proposto pelo banco previa que a moeda mais forte, não por acaso o marco, serviria de referência para que todas as demais fossem atreladas” (PAVESE, 2007, p. 127). Assim, é possível ver a força e influência alemã desde o início do processo de integração europeia.

Susan Strange (STRANGE, 1998) observa que, para se entender o processo de integração europeu temos que entender a evolução das relações da França e da Alemanha ao longo do século XX, pois os interesses comuns destes dois países estão na origem e na evolução da CEE (Comunidade Econômica Europeia).

A criação da moeda única foi o que permitiu que a França aceitasse a unificação da Alemanha, pois o país agora estaria extremamente atrelado ao continente europeu, o que evitaria novos conflitos. Segundo Aglietta, “Helmut Kohl [chanceler alemão de 1982 a 1998] impôs que o futuro Banco Central Europeu fosse um clone do Bundesbank. Fazendo assim, todavia, o compromisso franco-alemão alterava profundamente o processo de integração europeu” (AGLIETTA, 2013, p.31). Assim, os interesses dessas duas grandes potências sempre prevaleciam.

Os “critérios de convergência” foram definidos em termos nominais. Não houve nenhuma menção à convergência real (em termos, por exemplo, de renda per capita ou taxa de desemprego). O déficit público deveria ser abaixo de 3 por cento do PIB. O endividamento público abaixo de 60 por cento. No tocante às metas relacionadas à taxa de juros e de inflação, esta deveria ser próxima da média alcançada nos três países com menor inflação. Estas metas obedeciam a uma lógica. Com a formação da UEM, seria aplicável um regime único de taxa de juros e uma experiência inflacionária comum seria necessária para a continuação bem sucedida do euro (ARESTIS; SAWYER, 2012, p. 2).

## A criação do Banco Central Europeu (BCE)

O BCE foi criado em 1999, quando do lançamento da moeda única, a qual foi introduzida em 2002. A adoção de um Banco Central “independente” nacional, como pré-requisito para inclusão no Sistema Europeu de Bancos Centrais tendo o Banco Central Europeu no topo dessa estrutura, sinalizou a adoção de uma agenda neoliberal (ARESTIS; SAWYER, 2012, p. 4).

O objetivo primordial do Banco Central Europeu, desde sua criação, é a estabilidade monetária. Para cumprir esse objetivo, o BCE tem a atribuição de definir e executar a política monetária da Zona do Euro, executar operações cambiais, supervisionar as instituições de crédito, gerir as reservas oficiais dos

países que adotaram o euro, promover o funcionamento do sistema de pagamentos etc. (UNIÃO EUROPEIA, 2016). Para que o BCE possa cumprir essas atribuições e manter a estabilidade dos preços, os países da Zona do Euro abdicaram da possibilidade de controlar suas políticas monetárias, colocando-as sob a responsabilidade dessa autoridade com poder supranacional, o Banco Central Europeu (LOUREIRO, 2001).

Desde sua fundação em 01/11/1999, o Banco Central Europeu preza pela estabilidade dos preços tão veementemente defendida pelos alemães. O BCE, sendo assim, tem raízes no modelo de banco central alemão, o Bundesbank:

A principal linha do BCE é a concepção monetarista de neutralidade da moeda. O objetivo do Banco Central Europeu passa a ser somente um: manter a estabilidade dos preços. O BCE não é responsável por nada a mais, somente por atingir uma determinada meta de inflação. “Como seu mandato não entra em contradição com nenhum outro objetivo de política econômica, o Banco Central pode se beneficiar de uma independência absoluta” (AGLIETTA, 2013, p. 34).

Uma vez que sua legitimidade não se fundamenta em nenhuma soberania política, o BCE não precisa dialogar com os governos, sendo impossível que exista uma regulação macroeconômica baseada em instrumentos orçamentários e monetários na Zona do Euro. O Banco Central Europeu opera isoladamente e não há uma política orçamentária, sendo que cada país define a sua. Contudo, conforme afirma Aglietta, a estabilidade dos preços não implica na estabilidade financeira, e a concepção monetarista da criação do BCE acaba resultando na ocorrência de crises (AGLIETTA, 2013).

## Estabilização e Austeridade: Aspectos Teóricos

No mundo em desenvolvimento, a macroeconomia ortodoxa descreve duas receitas. Em primeiro lugar, em uma situação de desequilíbrio ou crise, os governos não deveriam buscar o pleno emprego. Ao contrário, os governos são recomendados a aceitarem as dores do ajuste, ou seja, baixo produto hoje, de formas a se obter um maior produto amanhã. Esta recomendação pode ser ilustrada através de uma analogia com uma mola: quanto mais você força a mola para baixo, maior será a força que a trará de volta. Todavia, a analogia de uma mola fraca seria mais apropriada para a economia, quando essa é fortemente forçada para baixo ela permanece nesse ponto caso as forças de recuperação da mola sejam destruídas. Em segundo lugar, países deveriam focar somente na estabilização de preços. (Nayar 2012)

Taylor (1988) observa que estabilização é a tentativa de lidar com desequilíbrios macroeconômicos, i.e., a habilidade de absorver ou gerir choques internos e externos. Costumava ser de curto prazo e a ortodoxia tende a seguir as propostas do Fundo Monetário Internacional. De acordo com o “mainstream” seus principais elementos são os seguintes:

Para os ortodoxos (como o FMI ou o BCE) o produto é determinado pelo lado da oferta (“supply factors”) portanto, qualquer queda na demanda agregada- via austeridade fiscal visando o equilíbrio orçamentário- é refletida, simplesmente, em uma queda nos preços não alterando o lado real da economia. Com a austeridade monetária restrições de demanda não reduzem a atividade econômica. Por outro lado,

na visão dos ortodoxos, uma política expansionista pode levar o governo recorrer ao imposto inflacionário e/ou a poupança forçada e este ajuste evita isso.

Os ortodoxos conceituam imposto inflacionário como a erosão de riqueza pela inflação o que leva aos detentores de ativos a poupar mais (poupança forçada) para compensar as perdas de capital decorrente da inflação. A teoria ortodoxa define poupança forçada como uma distribuição de renda contra as classes que possuem baixa propensão a poupar como, por exemplo, os assalariados. Normalmente a renda destes não estão indexadas à variação nos preços.

Criticando a ortodoxia, com austeridade fiscal pode resultar em uma séria redução no produto. Uma redução aguda na demanda agregada pode deter os objetivos de crescimento de médio e longo prazo. Portanto, o impacto final da política de estabilização não é o que a ortodoxia objetiva!

## Austeridade

A austeridade é uma política deliberada de ajuste da economia por meio de redução de salários e gastos públicos supostamente com o objetivo de reduzir a dívida e aumentar lucros e a competitividade das empresas.

A recomendação de que o Estado deve cortar gastos em momentos de crise parte de uma falácia de composição que desconsidera que se todos os agentes cortarem gastos ao mesmo tempo, inclusive o Estado, não há caminho possível para o crescimento. A solução mais razoável para tratar de um desajuste fiscal em meio a uma recessão é, portanto, estimular o crescimento, não cortar gasto. (Forum 21, 2016, p.10).

Boyer (2012) observa que o paradoxo da parcimônia apresentado por Keynes também se observa quando políticas de austeridade são aplicadas nos casos de desemprego involuntário. Tais políticas, ao contrário do previsto pela ortodoxia, levam ao baixo crescimento econômico e alto endividamento. A redução na demanda efetiva, via o multiplicador keynesiano, reduz o nível de emprego e do produto. A consequente, a redução no nível de investimento implica em menor capacidade produtiva e no médio prazo pode vir a gerar uma contração cumulativa da base tributária e um aumento na relação Dívida/PIB. Queda na produção e recorrente déficit público pode gerar, no médio prazo, um ciclo vicioso. (Boyer, 2012, p. 297).

## A ampliação da CEE para o Leste em 2004, o aumento das assimetrias

### Uma taxonomia da integração econômica europeia

De acordo com Reinert e Kattel (2013) temos dois tipos de área de livre comércio simétricas. Simétricas no sentido de integrar nações com nível de desenvolvimento econômico similar. Gansos voadores ou aprimoramento tecnológico sequencial e integração “a lá List” (Friedrich List). A integração dos gansos voadores, que faz parte do modelo de desenvolvimento econômico do Leste Asiático é resumida em Gonçalves, et alli (1991, p. 75) e sua discussão não se aplica ao estudo em questão.

Por outro lado, List afirmava que o livre comércio era a política apropriada para países com elevado desenvolvimento industrial, mas inconveniente para países menos desenvolvidos. Seu principal argumento estava baseado na tese de que os esforços nacionais deveriam apoiar o desenvolvimento, mas os produtores domésticos que ficavam sujeitos à concorrência dos países mais desenvolvidos, corriam

sérios riscos de se tornarem enfraquecidos para competir no ambiente internacional.

Os países menos desenvolvidos deveriam optar pelo protecionismo nos setores menos competitivos até alcançar o desenvolvimento. Na visão de List, essa proteção deveria ser transitória. Quando todos os setores chegassem ao pleno desenvolvimento em relação as nações mais desenvolvidas, o país teria alcançado a condição necessária para optar pelo livre comércio. A área de livre comércio e ou união aduaneira só seria benéfica entre os países com o mesmo potencial de desenvolvimento (Reinert, 2007).

A ideia é a necessidade de que a abertura comercial em direção ao livre comércio seja lenta de forma a permitir que o setor produtivo do parceiro mais pobre tenha tempo de se ajustar (Reinert, 2007, p. 251); caso contrário os países pobres se tornariam mais pobres (Reinert, *ibidem*, p. 56). Ou seja, uma nação primeiramente se industrializa e depois se integra economicamente com países com o mesmo nível de desenvolvimento (*ibidem*, p. 268). Para List uma política de integração deveria ser simétrica (*ibidem* p. 298).

### Assimetrias

A heterogeneidade da Zona do Euro é grande na perspectiva da competitividade. Desse ponto de vista, as diferenças entre os países do Norte e do Sul apenas aumentaram depois da criação do euro. Isso não é surpreendente se se contenta em apelar ao mercado, portanto à concorrência, sem nenhum projeto de conjunto versando sobre a organização territorial das atividades produtivas (AGLIETTA, 2013, p. 99).

Segundo Aglietta, a integração feita sem uma política industrial e sem uma política de organização das atividades produtivas acabou fazendo com que as atividades se concentrassem nos mesmos polos, enquanto as áreas menos industrializadas começaram a ser desertificadas (AGLIETTA, 2013). O aumento da procura proporcionado pelo maior mercado consumidor da Zona, nesse sentido, acabou aumentando a rentabilidade das indústrias já previamente estabelecidas. “É lógico que os países do Norte da Europa aumentaram sua vantagem inicial sobre os países do Sul e provocaram sua desindustrialização” (AGLIETTA, 2013, p. 100).

### A ampliação da CEE para o Leste em 2004

Para os autores, a incorporação dos países do Leste representou uma mudança qualitativa fundamental no processo de integração europeia e uma nova forma de integração assimétrica na medida em que incluíam novos países com baixo nível de desenvolvimento econômico no mercado comum. Essas assimetrias são inclusive ampliadas com a arquitetura financeira da zona do euro, como, por exemplo, os critérios do tratado de Maastrich de 1992 e suas condicionalidades.

Resumindo, indústrias maduras do Oeste e Norte da Europa tinham melhores oportunidades nas economias do Leste. E isso prejudicou o desenvolvimento das incorporações como aquelas do Sul (Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986) que seguiam um processo “a lá List” (Reinert e Kattel, 2013, p. 3.)

No passado, as integrações do Sul da Europa foram feitas de maneira lenta. Em alguns casos as tarifas de importação eram reduzidas gradualmente abrangendo um período de até 10 anos. Ocorreram maciças transferências de fundos para as indústrias de formas a acelerar o desenvolvimento tecnológico em direção ao dos países centrais da CEE. Só após isso o livre comércio foi introduzido (*Ibidem*, p.4)

Os autores observam que o alargamento assimétrico do Leste transformou a integração anteriormente simétrica do Sul também numa integração muito mais assimétrica, uma vez que a concorrência das economias do leste europeu com baixos salários prejudicou a modernização de muitas empresas da Europa do Sul. O aumento da concorrência da China e do Leste Asiático reforçou os efeitos negativos

cumulativos dentro da União Europeia.

No que tange a Grécia e os demais países do Sul da Europa, os autores acima concluem que eles ficaram para trás dada a preferência das empresas de se instalarem na Europa Central e do Báltico. Este atraso envolve capacidades de aprendizagem ou - de forma direta - na dinâmica de Schumpeteriana. Mas ponderam que isso é reflexo, em grande parte, das decisões estratégicas de produção das subsidiárias estrangeiras que escolheram produzir na Europa Central e no Báltico. A mão-de-obra de baixo custo nesses países é - assim como os trabalhadores mexicanos da maquila - especializada em tarefas simples pouco qualificadas. Isso é parte integrante da especialização em ser pobre.

### **A Grécia antes da crise**

A partir de meados da década de 1990 até a crise financeira, a economia da Grécia apresentou uma taxa média de crescimento de 4 por cento, que deixa o país convergir, mais ou menos, com o padrão de vida da zona do euro. O crescimento resultante da produtividade do trabalho foi um dos mais altos da UE-15.<sup>1</sup> Após 1995-96, a Grécia superou claramente os fundamentos de referência para economias da zona do euro e o índice de emprego manteve-se estável, (Desli e Pelagidis, 2012, p. 120)

Os autores acima observam que a liberalização dos mercados de crédito no início da década de 1990, concluída no final da década de 1990, foi acompanhada da entrada na União Monetária Europeia em 2001. Esses dois desenvolvimentos levaram simultaneamente à estabilização macroeconômica e ao aumento constante do crédito privado após o ano 2000. A estabilização macroeconômica da Grécia que se seguiu à adesão à UEM contribuiu para a expansão do crédito privado significativamente. Isto também refletiu a diminuição das taxas oferecidas pelos bancos comerciais às famílias e às empresas. Verifica-se claramente que a expansão do crédito para as famílias alimentou o crescimento do consumo privado nos últimos anos.

Além da expansão do crédito, outros dois fatores contribuíram significativamente para o crescimento da Grécia durante os anos 2000. Em primeiro lugar, as indústrias de transporte e turismo. Estes asseguram entradas de receita anual significativas, de cerca de 25% do PIB, que são adicionados à demanda doméstica e ajudam a mitigar o enorme déficit da balança comercial. Em segundo lugar, o estímulo fiscal dado pelos Jogos Olímpicos de 2004 alimentados através de empréstimos públicos e que levou à melhoria de certas infraestruturas-chave. (DESLI; PELAGIDIS; 2012, p.122)

Streeck (2012, p. 75) observa que no curto período de glória do euro, Grécia e Portugal, principalmente, conseguiram compensar a diminuição das transferências de Bruxelas com créditos baratos. No entanto, como se verificou após 2008, este enorme afluxo de dinheiro nestes anos contribuiu para a geração de bolhas que pareciam ser de crescimento, mas que não representavam crescimento algum - como se tornou claro quando o afluxo de créditos baratos foi interrompido, devido à crise do sistema financeiro mundial, e os Estados e as empresas deixaram de poder cumprir o serviço da dívida.

### **As origens da crise da Zona do Euro e o caso da Grécia**

AGLIETTA (2013, p 15) observa que, dado que todos os agentes econômicos estão interligados, a crise espalhou-se e atingiu diversos países. A forte vinculação entre os bancos americanos e os bancos europeus fez com a crise chegasse rapidamente à Europa. Antes da crise, não havia muita regulamentação em relação às operações de crédito realizadas pelos bancos internacionais, dentre os quais os bancos

---

1 Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha., Dinamarca, Suécia e Reino Unido.

da Europa eram os mais ativos. Isso explica a força com que a crise atingiu os bancos europeus e, por consequência, a economia europeia como um todo (AGLIETTA, 2013).

Os economistas Claudio Gontijo e Fabrício Augusto de Oliveira consideram que a crise do subprime atingiu a Zona do Euro em três etapas encadeadas. A primeira foi a contaminação dos bancos europeus que estavam ligados, de alguma forma, às relações de empréstimos hipotecários. Esses bancos foram rapidamente fragilizados, “exigindo, para o seu salvamento, injeções de liquidez, pacotes de resgate e monumentais recursos para sua recapitalização” (GONTIJO; OLIVEIRA, 2012, p. 20).

A segunda etapa, para os autores, foi a forte recessão que atingiu a economia mundial, mesmo com os governos injetando liquidez no sistema e salvando os bancos. Com a diminuição da atividade econômica, houve grande queda na arrecadação e os países passaram a acumular sucessivos desequilíbrios nas contas públicas, sendo esta a terceira etapa da crise. Esses países foram os denominados PIIGS: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. A terceira etapa foi o Banco Central Europeu não atuar como prestador de última instância. (GONTIJO; OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, a crise espalhou-se rapidamente e atingiu, em especial, os países que já apresentavam alguns problemas econômicos. Dentre os países mais afetados, destaca-se a Grécia, que se encontra em crise até hoje e não se recuperou rapidamente como outros países o fizeram.

A análise de alguns indicadores econômicos, apresentados nas tabelas a seguir, ajuda a demonstrar a gravidade da atual situação da Grécia. A taxa de desemprego, por exemplo, chegou a 24,9% da força de trabalho em 2015. Em 2016 esse número representava 23,6% e em março de 2017 22,5%. Na média dos países da Zona do Euro foi de 9,1 em 2017. É importante salientar que, no início da crise, em 2008, a taxa de desemprego da Grécia era de 7,8%, bem próxima à média dos países membros da Zona do Euro, de 7,6%. A taxa começou a aumentar mais após o primeiro pacote de resgate da Troika e as políticas de austeridade implementadas como contrapartida para recebê-lo, em 2010, como se pode ver na tabela a seguir:

**TABELA 1 - Porcentagem da força de trabalho desempregada**

País/região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Zona do Euro	7,5	7,6	9,6	10,2	10,2	11,4	12,0	11,6	10,9	10	9,1
Alemanha	8,5	7,4	7,6	7,0	5,8	5,4	5,2	5,0	4,6	4,1	3,8
Irlanda	4,7	6,4	12,0	13,9	14,7	14,7	13,1	11,3	9,4	7,9	6,7
Grécia	8,4	7,8	9,6	12,7	17,9	24,5	27,5	26,5	24,9	23,6	
Espanha	8,2	11,3	17,9	19,9	21,4	24,8	26,1	24,5	22,1	19,6	17,2
Itália	6,1	6,7	7,7	8,4	8,4	10,7	12,1	12,7	11,9	11,7	
Portugal	9,1	8,8	10,7	12,0	12,9	15,8	16,4	14,1	12,6	11,2	9,0

Fonte: Base de dados Eurostat. Elaboração própria.

É possível notar na tabela que, mesmo dentre os PIIGS, que foram fortemente atingidos pela crise, a Grécia se destaca com a maior taxa de desemprego, de 23,6% em 2016. Com exceção da Espanha, cujo desemprego atingiu 19,6% da força de trabalho no mesmo ano, os outros países apresentaram taxas bem menores em relação à Grécia: em Portugal, 11,2%, na Itália, 11,7% e na Irlanda, 7,9%. Enquanto isso, é possível ver que, na Alemanha, uma das maiores potências do bloco, o índice de desemprego vem diminuindo.



**TABELA 2 - Dívida Pública (percentual em relação ao PIB)**

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alemanha	63,5	64,9	72,4	81,0	78,3	79,6	77,2	74,7	71,2	68,1
Irlanda	23,9	42,4	61,8	86,8	109,1	120,1	120,0	107,5	93,8	72,8
Grécia	103,1	109,4	126,7	146,2	172,1	159,6	177,7	180,1	176,9	180,8
Espanha	35,5	39,4	52,7	60,1	69,5	85,4	93,7	99,3	99,2	99,0
Itália	99,8	102,4	112,5	115,4	116,5	123,3	129,0	132,5	132,7	132
Portugal	68,4	71,7	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,2	129,0	130,1

Fonte: Base de dados Eurostat. Elaboração própria.

Outro dado alarmante em relação à Grécia, conforme mostra a tabela acima, é a dívida pública grega, a qual vem crescendo substancialmente desde o início da crise: em 2008, correspondia a 109,4% do PIB, e em 2015, chegou a 176% e 2016 180,8%. Mesmo dentre os PIIGS, a dívida pública grega é a mais alarmante, e a que vem apresentando crescimento mais acentuado do que nos outros países, mesmo com a adoção das políticas de austeridade, como é possível ver na tabela abaixo.

Como é possível ver na Tabela 3, a dívida pública grega foi a que teve o crescimento mais acentuado após a crise, passando de 109,4% do PIB em 2008 para 126,7% em 2010, chegando a 180,8% do PIB em 2016. Outro dado preocupante é o PIB do país, o qual vem sofrendo uma contração de 0,2% em 2015 e 2016.

**TABELA 3 - PIB (crescimento percentual)**

País/região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Zona do Euro	3,1	0,5	-4,5	2,1	1,6	-0,9	-0,3	0,9	1,7	2,0	2,3
Alemanha	3,3	1,1	-5,6	4,1	3,7	0,4	0,3	1,6	1,7	1,9	2,2
Irlanda	5,5	-2,2	-5,6	0,4	2,6	0,2	1,4	5,2	7,8	3,1	
Grécia	3,3	-0,3	-4,3	-5,5	-9,1	-7,3	-3,2	0,7	-0,2	-0,2	
Espanha	3,8	1,1	-3,6	0	-1	-2,6	-1,7	1,4	3,2	3,3	3,1
Itália	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	-0,3	0,8	0,9	1,5
Portugal	2,5	0,2	-3	1,9	-1,8	-4	-1,1	0,9	1,5	1,6	2,7

Fonte: Base de dados Eurostat. Elaboração própria.

Na tabela acima, é possível notar que, dentre os PIIGS, a Grécia é o único país em que o Produto Interno Bruto está diminuindo, enquanto os outros países têm recuperado seu crescimento econômico, aos poucos. Enquanto o PIB grego diminuiu 0,2% em 2015 e 2016. Todos os PIIGS apresentaram certo crescimento em seu PIB em 2016: 3,1% na Irlanda; 3,3% na Espanha; 0,9% na Itália e 1,6% em Portugal. Dessa forma, verifica-se que as condições da economia grega vêm deteriorando-se muito desde o início da crise econômica, mesmo com a adoção de uma série de medidas de austeridade para combatê-la. Ademais, nota-se que os outros países atingidos pela crise estão apresentando leve melhora, diferentemente da Grécia.

Para se compreender o porquê de a Grécia ter sido tão atingida pela crise, é preciso considerar, em primeiro lugar, que o país entrou na Zona do Euro sem atingir aos critérios de déficit e dívida pública necessários para tanto. O país, que não havia entrado na Zona no momento de sua fundação, em 1999, aderiu ao euro em 2001. Naquele momento, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu consideraram que o país atingira todos os critérios necessários para aderir à União Econômica e Monetária. Todavia, mais tarde, descobriu-se que a Grécia havia falsificado dados para que pudesse entrar na Zona. Em novembro de 2004, o governo grego admitiu que as estatísticas oficiais apresentavam um déficit público e uma dívida pública menores do que realmente eram (BBC, 2004).

Com relação a maquiagem dos dados gregos é importante ressaltar o ponto levantado por Streeck (2012), de que é sabido que quando a Grécia teve de camuflar o seu nível de endividamento para conseguir a adesão à União Monetária Europeia, começando, mais tarde, a endividar-se com juros baixos, foi o banco de investimento americano Goldman Sachs que a ajudou a embelezar as suas contas, cobrando taxas exorbitantes, como é habitual. Custa a crer que não houvesse ninguém na *financial community* internacional, «ligada em rede», que tivesse conhecimento disto.

A Grécia apresenta uma estrutura produtiva voltada para produtos de baixo valor agregado. Sua economia não é tão competitiva quanto a das grandes potências europeias, como Alemanha e França, e com a entrada na Zona do Euro, os desequilíbrios existentes entre os países aumentaram.

Como observado na seção 3, no passado, as incorporações do Sul da Europa (Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986) foram feitas de maneira lenta. Em alguns casos as tarifas de importação eram reduzidas gradualmente abrangendo um período de até 10 anos. Ocorreram maciças transferências de fundos para as indústrias de formas a acelerar o desenvolvimento tecnológico em direção ao dos países centrais da CEE. Só após isso o livre comércio foi introduzido. O alargamento assimétrico do Leste transformou a integração anteriormente simétrica do Sul também numa integração muito mais assimétrica, uma vez que a concorrência das economias do leste europeu com baixos salários prejudicou a modernização de muitas empresas da Europa do Sul.

No que tange a Grécia e os demais países do Sul da Europa, eles ficaram para trás das empresas da Europa Central e do Báltico. A mão-de-obra de baixo custo nesses países é - assim como os trabalhadores mexicanos da maquila - especializada em tarefas simples pouco qualificadas. Dessa forma, indústrias maduras do Oeste e Norte da Europa tinham melhores oportunidades nas economias do Leste.

A Grécia já tinha um nível de endividamento alto, mas este aumentou com sua entrada na Zona. Quando o país aderiu ao euro, as taxas de juros sobre sua dívida pública desceram ao nível das taxas alemãs, e as agências de risco confirmaram a qualidade da dívida grega, embora os indicadores econômicos não fossem tão bons (AGLIETTA, 2013). Houve, assim, uma atitude negligente dos credores do país, que passaram a emprestar sem levar em consideração a real situação da economia grega:

A conta corrente da Grécia, que já era deficitária na ordem de 7% do PIB no momento da entrada do país na Zona do Euro, desmoronou a partir de 2004, atingindo 15% do PIB em 2007. Isso quer dizer que as dívidas privadas e públicas aumentaram vertiginosamente em conjunto, tornando o país cada vez mais dependente dos credores estrangeiros, e isso dentro da indiferença total dos famosos mercados encarregados de disciplinar os devedores (AGLIETTA, 2013, p. 43).

O país, que teve seus problemas econômicos agravados pela falta de convergência econômica da Zona do Euro, obteve acesso a crédito fácil, mesmo não estando em condições para tanto. Com isso, tanto o endividamento público quanto o privado aumentaram muito. Nesse sentido, a própria estrutura da Zona do Euro acabou propiciando que a Grécia se tornasse o elo mais frágil quando a crise financeira chegou à Europa.

Segundo Varoufakis (2016), a criação do euro fez com que a Alemanha e outros países superavitários alcançassem mais superávits, enquanto as economias dos países deficitários começaram a estagnar-se. O autor defende que isso poderia ter sido amenizado se a Zona contasse com um mecanismo de reciclagem de excedentes, mas que o mesmo não foi incluído no Tratado de Maastricht por exigência da Alemanha, que queria que os países deficitários continuassem demandando suas exportações.

Com relação ao papel desempenhado pelo Banco Central Europeu, este nunca pôde desenvolver um papel de prestador de última instância, para resgatar as instituições financeiras que necessitassem (GONTIJO; OLIVEIRA, 2012). Ademais, seu foco na estabilidade dos preços e a crença no monetarismo – seção 6 a seguir – contribuíram para a ocorrência e permanência da crise, visto que a estabilidade dos preços não necessariamente leva à estabilidade financeira. A carência de políticas que fomentassem a convergência econômica também foi uma falha do BCE, a qual acabou provocando e intensificando a crise.

Streeck (2012), considera a União Europeia como uma máquina de liberalização. Na medida que o processo de integração foi avançando a integração europeia abandonou as suas ilusões keynesianas e planificadoras. Seguiu cada vez mais as propostas de Hayek em 1939. A economia mista keynesiana nas décadas que se seguiram ao pós-segunda guerra dispunha de instrumentos institucionais para intervenções estatais discricionárias nas economias nacionais. Era usual intervenções visando uma melhor distribuição de renda e aprimoramento do bem-estar social. No caso europeu os Estados, por exemplo, possuíam moedas próprias que poderiam se desvalorizar de formas a compensar perdas de competitividade externa em virtude, por exemplo, de políticas internas de concessões aos sindicatos.

Por outro lado, para Hayek, havia a necessidade de neutralizar as instituições democráticas comum a estados independentes. Para ele a federação precisaria seguir o primado do livre mercado como alocador eficiente de recursos. Deveria ocorrer uma proibição de intervenções estatais nos Estados-membros. Isto também incluiria a abolição das moedas nacionais. Streeck se refere ao artigo «The Economic Conditions of Interstate Federalism», publicado, em setembro de 1939, na revista *New Commonwealth Quarterly* (Hayek 1980 [1939]), contemporaneamente ao início da Segunda Guerra Mundial.

Streeck apresenta as reflexões de Hayek. Para este, a coesão de uma federação envolve que a economia seja integrada de formas que a solidariedade não fique ligada a nações. Hayek argumenta que em um mercado comum<sup>2</sup> deve-se restringir fortemente o alcance e a profundidade de intervenção da política econômica de cada Estado-membro. Também não seria possível os Estados-membros terem uma política monetária própria. Da citação abaixo podemos notar que o autor vislumbrava a ideia de um banco central nos moldes do BCE atual. De acordo com a lógica Hayeckiana a atuação do BCE não deveria contemplar o papel de prestador de última instância. Para ele o melhor tratamento a ser dado aos mercados é a sua auto regulação, ou seja sem a interferência do estado.

”De facto, é de duvidar que numa união com um sistema monetário único pudessem continuar a existir bancos centrais nacionais independentes. Provavelmente, teriam de se associar numa espécie de sistema de Reserva Federal” (Hayek 1980[1939] p. 259), apud Streeck, (2012, p.52)”

---

2 Inexistência de tarifas de importação, tarifa externa comum e livre mobilidade dos fatores de produção.

## Os resultados e consequências das políticas de austeridade na Grécia

Embora as políticas de austeridade continuem sendo determinadas como forma de combater a crise grega desde seu início, elas não têm surtido o efeito esperado e têm gerado grande insatisfação por parte da população grega. O descontentamento é tão grande que, em julho de 2015, foi realizado um referendo questionando a população se o país deveria aceitar um novo pacote de resgate e a adoção de mais políticas de austeridade. Nesse referendo, 61,3% da população grega votou contra a adoção de novas medidas, e houve inúmeros protestos contra as mesmas (CARTA CAPITAL, 2015).

Este referendo aconteceu em um contexto de alto desemprego e baixo crescimento econômico. Após a adoção do primeiro pacote de resgate, em 2010, pode-se notar que os indicadores econômicos pioraram consideravelmente. O desemprego passou de 12,7% em 2010 para 17,9% em 2011, e a dívida pública subiu de 146,2% do PIB para 172,1% nesse mesmo período. Com as demissões e reduções de gastos, o desemprego aumentou muito, atingindo grande parte da força de trabalho. O PIB, por sua vez, diminuiu, e a dívida pública – que deveria ser combatida – aumentou drasticamente, atingindo 176,9% do PIB em 2015 (EUROSTAT). **Por esses motivos, a hipótese do presente trabalho é de que, as medidas de austeridade adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE) na economia grega servem, em primeiro lugar, aos interesses dos bancos e da comunidade financeira das grandes potências, principalmente europeias, em detrimento dos países periféricos como a Grécia.** Os parágrafos a seguir reforçam este argumento.

Ao direcionar o dinheiro dos resgastes, em sua maioria, para pagar os credores, sem investir produtivamente no país, e ao cortar gastos e aumentar impostos, a economia grega não melhora. Com mais demissões e reduções de pensões e aposentadorias, diminui a demanda e os investidores privados não são estimulados a investir; ademais, sem o investimento público, não há um efeito multiplicador do investimento na economia (Gontijo e Oliveira, 2012, p. 187).

Boyer (2012) observa com muita propriedade que o diagnóstico de que as crises atuais são resultado de políticas de gastos públicas permissivas é errado. Na verdade, elas são resultado de booms especulativos puxados pelo crédito privado (“credit-led speculative boom”). Ele também destaca que a comunidade financeira internacional tem desempenhado um grande papel no retorno a teorias econômicas pre-Keynesianas.

Calinos (2012) reporta a conclusão de Alfredo Saad-Filho e Deborah Johnston de que a característica mais básica do neoliberalismo é o uso sistemático do poder do estado em impor os imperativos dos mercados (financeiros) em um processo doméstico que é replicado internacionalmente pela globalização. (Saad-Filho e Johnston, 2004, p. 3) apud Callinos (2012, p. 67)).

Krugman (2015) relembra suas discussões a respeito do déficit e do endividamento público. Para ele estas são usadas como uma cortina de fumaça para encobrir uma agenda bem diferente. Esta agenda implica em reduzir o tamanho do governo e especialmente os seus gastos com seguridade social. Ele toma como exemplo o caso dos EUA onde os planos de redução do déficit público incluíam altos cortes nos impostos para as corporações e os mais ricos e suprimiram gastos com saúde e subsídios alimentar para os pobres.

Dessa forma, conforme demonstram os autores, o corte de gastos e aumento de impostos leva a um círculo vicioso, fazendo com que a economia retroceda cada vez mais. Ao invés de se utilizar o dinheiro dos resgastes para realizar investimentos públicos produtivos, e estimular a demanda interna e a produção, esse dinheiro voltou diretamente aos credores. Não há espaço, dessa forma, para realizar políticas que induzam o crescimento econômico grego.

Aglietta também critica a adoção das políticas de austeridade e os efeitos causados por elas. Segundo o autor, as políticas de austeridade adotadas atualmente sacrificam o crescimento a longo prazo e possuem diversos efeitos negativos. Por exemplo, o desemprego de longa duração diminui a qualidade da mão de obra; a baixa dos fluxos de capital reduz a taxa de investimentos no aparelho produtivo; e os investimentos em educação e pesquisa se tornam irrisórios, o que impede a melhoria da produtividade e da competitividade.

Para o autor, a política orçamentaria deve considerar dois aspectos para ser elaborada: a curto prazo, sua influência na propensão marginal a consumir, e a longo prazo, seu impacto sobre o progresso técnico e qualidade da mão de obra (AGLIETTA, 2012). Se há somente um corte de gastos e investimentos públicos, demissões e aumento de impostos, não se estimula o consumo nem a produção, e não se melhora a qualidade da mão de obra e a produtividade.

Blyth também critica a escolha das políticas de austeridade e seus resultados. Para ele, tais políticas ajudaram a resgatar os bancos das principais potências europeias – os quais agiram de forma irresponsável –, ao custo de deixar um quarto dos gregos desempregados e destruir quase um terço do PIB do país (BLYTH, 2013). O autor argumenta, então, que o dinheiro dos resgates apenas passou pela Grécia para ser enviado aos credores, enquanto a economia grega definhava.

O próprio Fundo Monetário Internacional reconheceu, em 2015, que a dívida pública grega era insustentável e deveria haver alívio da mesma (FMI, 2015). Mesmo com essas afirmações feitas por uma entidade que está envolvida com os resgates feitos desde 2010, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia não estão dispostos a realizarem um alívio imediato da dívida, nem estavam dispostos a mudar o tipo de políticas aplicados na Grécia.

O terceiro pacote de resgate, de julho de 2015, continuou focando na austeridade fiscal como forma de recuperação econômica. Apesar de defender um alívio da dívida o FMI entrou com “simbólicos” US\$ 1,8 bilhões neste pacote. Ou seja, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia continuam priorizando mais medidas de austeridade. A população grega, por sua vez, tem realizado cada vez mais protestos contra novas medidas de austeridade.

Durante a negociação em torno do terceiro pacote de resgate de 2015, o FMI se mostrou contrário às metas fiscais propostas pelo BCE e pela Comissão Europeia para a Grécia, dizendo que elas não são realistas, especialmente em um contexto de alto índice de desemprego entre a população grega. Em comunicado de imprensa, o Fundo salientou que “se for necessário diminuir as metas fiscais para ter chances realistas de cumpri-las, seria preciso um maior alívio da dívida”<sup>3</sup> (FMI, 2016, p. 1). Outro aspecto ressaltado pelo FMI é a impossibilidade de realizar cortes maiores de gastos, dadas as condições precárias da população grega.

O fato de se continuarem aplicando medidas austeras na Grécia, mesmo sua população estando extremamente insatisfeita, e mesmo tais medidas não demonstrando o resultado esperado, é um dos argumentos de que há outros interesses por detrás da adoção de tais medidas. Não há interesse, por parte das grandes potências, de colocar em prática políticas que diminuam as assimetrias entre os países da Zona do Euro e que, por consequência, evitem crises.

Não há, dentre os países que tem capacidade de ajudar – como a Alemanha e a França – uma liderança benéfica e solidária que seria fundamental na Zona do Euro. Cada país se preocupa com sua economia, a ampliação de seu mercado consumidor, um maior espaço para a expansão de seus capitais, a proteção de seus bancos etc. Acima de tudo, preocupam-se em isentar-se de sua responsabilidade pela crise do euro, deixando que apenas a população do país que foi “irresponsável” pague pelo seu erro. É nesse sentido que a escolha das políticas de austeridade atende apenas aos interesses das grandes potências que em última instância representam os interesses de suas comunidades financeiras e dos seus bancos.

---

3 A redução da meta fiscal à nível realista só poderá ser alcançada com um alívio da dívida.

## Conclusão

A Grécia foi o foco de nossa análise não somente devido à intensidade com que foi atingida pela crise de 2008, mas também devido à persistência do Banco Central Europeu (BCE) em aplicar políticas de austeridade para combatê-la, mesmo com a crescente deterioração da economia grega e das condições de vida de sua população. Como observado na seção 1 o BCE se beneficia, nas palavras de Aglietta, de uma independência absoluta.

A análise “mainstream” não leva em conta as assimetrias e como a Grécia foi incorporada à CEE e à zona do Euro. Como observado na seção 3, no passado, as incorporações do Sul da Europa (Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986) foram feitas de maneira lenta. Em alguns casos as tarifas de importação eram reduzidas gradualmente abrangendo um período de até 10 anos. Ocorreram maciças transferências de fundos para as indústrias de formas a acelerar o desenvolvimento tecnológico em direção ao dos países centrais da CEE. Só após isso o livre comércio foi introduzido. Poderíamos inferir que a Grécia teve o tratamento de suas assimetrias moldado no tratamento especial diferenciado representado pelo artigo 18 do GATT e pela parte IV deste tratado.

Como observado na seção 3, o processo de ampliação da União Europeia que ocorreu ao longo dos anos 1990 e 2000, no contexto da queda do muro de Berlim, incorporando os países da antiga Europa do Leste, solapou a integração do Sul da Europa (Espanha, Portugal e Grécia). O alargamento assimétrico do Leste transformou a integração anteriormente simétrica do Sul também numa integração muito mais assimétrica, uma vez que a concorrência das economias do leste europeu com baixos salários prejudicou a modernização de muitas empresas do Sul da Europa. Este processo poderia levar a Grécia a uma situação de colonialismo com bem-estar e, dado o tamanho da população, tornaria essa periferia proibitivamente cara.

O país, que teve seus problemas econômicos agravados pela falta de convergência econômica da Zona do Euro, obteve acesso a crédito fácil, mesmo não estando em condições para tanto. Com isso, tanto o endividamento público quanto o privado aumentaram muito. Nesse sentido, a própria estrutura da Zona do Euro acabou propiciando que a Grécia se tornasse o elo mais frágil quando a crise financeira chegou à Europa.

Na seção 5 observamos que, no curto período de glória do euro, Grécia e Portugal, principalmente, conseguiram compensar a diminuição das transferências de Bruxelas com créditos baratos. No entanto, como se verificou após 2008, este enorme afluxo de dinheiro nestes anos contribuiu para a geração de bolhas que pareciam ser de crescimento, mas que não representavam crescimento algum – como se tornou claro quando o afluxo de créditos baratos foi interrompido, devido à crise do sistema financeiro mundial, e os Estados e as empresas deixaram de poder cumprir o serviço da dívida. O persistente desemprego no país apontado na seção 6 ilustra o resultado negativo das políticas de austeridade.

A seção 2 nos permite concluir que o custo social de políticas fiscais pró cíclicas são altos. No ciclo recessivo, cortes nos gastos públicos comprimem o investimento em infraestrutura e reduzem a alocação para o setor social, o que somente irá reduzir o crescimento no longo prazo. A adoção das políticas de austeridade, seguindo receituário neoliberal, não levou em consideração as verdadeiras origens da mesma, dentre as quais está a assimetria existente entre os países da Zona ou que a crise grega como outras crises foi resultado de booms especulativos puxados pelo crédito privado (“credit-led speculative boom”). Os pacotes de resgate, nesse contexto, atenderam aos interesses e à imposição das comunidades financeiras das grandes potências. O corte de gastos, na realidade, dificultou a recuperação da Grécia ao comprimir os investimentos, gerando o maior índice de desemprego da Zona.

## Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, Michel. *Zona do Euro: qual o futuro?* São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
- ARESTIS, P. E SAWYER, M., “Can the Euro Survive after the European Crisis?” in ARESTIS, P. E SAWYER, M., *The Euro Crisis*, Londres, PALGRAVE MACMILLAN, 2002
- ARESTIS, Philip; HORN, Gustav A. *Open letter to European policymakers: the Greek crisis is a European crisis and needs European solutions beyond emergency packages*. Maio, 2010. Disponível em <[http://www.boeckler.de/pdf/memorandum\\_arestis\\_horn.pdf](http://www.boeckler.de/pdf/memorandum_arestis_horn.pdf)>. Acesso em 05 jul 2016.
- BLYTH, Mark. *A pain in the Athens: why Greece isn't to Blame for the Crisis*. Foreign Affairs, 7 de julho de 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/greece/2015-07-07/pain-athens>>. Acesso em 03 jun 2016.
- BLYTH, Mark. *The Austerity Delusion: why a bad idea won over the west*. Foreign Affairs, maio/junho de 2013. Disponível em <<http://www.markblyth.com/wp-content/uploads/2013/08/The-Austerity-Delusion.pdf>>. Acesso em 07 ago 2016.
- BOYER, R. “The four fallacies of contemporary austerity policies: the lost Keynesian legacy”, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 36, p. 283-312, 2012
- CALLINICOS, A., “Contradictions of austerity”, *Cambridge Journal of Economics*, 36, 65–77, 2012
- DESLI, E., e PELAGIDIS, T. “Greece’s Sudden Faltering Economy: From Boom to Bust With Special Reference to the Debt Problem1” in Arestis, P. e Saywer, M.(eds.) *The Euro Crisis*, Londres, PALGRAVE MACMILLAN, 2002
- EUROPEAN COMMISSION. *Financial assistance to Greece*. 11 de julho de 2016. Disponível em:<[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/assistance\\_eu\\_ms/greek\\_loan\\_facility/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/assistance_eu_ms/greek_loan_facility/index_en.htm)>. Acesso em 25 jul 2016.
- EUROSTAT. Banco de dados. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>>. Acesso em Janeiro de 2018
- FORUM 21, *Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil*, 2016,<Disponível em: 1 Acesso em 22/11/2018
- FMI (Fundo Monetário Internacional). *IMF Managing Director Christine Lagarde Letter to Greece Prime Minister Alexis Tsipras*. Press Release No. 16/149. 3 de abril de 2016. Disponível em <<http://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/14/01/49/pr16149>>. Acesso em 10 jul 2016.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). *Greece: an update of IMF staff's preliminary public debt sustainability analysis*. IMF Country Report No. 15/186, 14 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr15186.pdf>> Acesso em 27 set 2015.
- FMI. *World Economic Outlook Database April 2016*. Banco de dados. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em 01 jul 2016.
- GONÇALVES, et al., *A Nova Economia Internacional - Uma Perspectiva Brasileira*. Ed. Campus, RJ, 1998.
- GONTIJO, Claudio; OLIVEIRA, Fabricio Augusto. *A crise da União Europeia – why pigs can't fly*. Belo Horizonte: CORECON/ASSEM, 2012.
- KRUGMAN, P. *The case for cuts was a lie. Why does Britain still believe it? The austerity delusion*, 2015. Disponível em < <https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion>> Acesso setembro 2018.
- LOUREIRO, João. *Euro: Análise macroeconômica*. Porto: Vida Econômica, 2001.
- NAYAR, D., “Why employment matters: Reviving growth and reducing inequality”. Disponível em: < [http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/103/media-centre/speeches/WCMS\\_246626/langen/index.htm](http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/103/media-centre/speeches/WCMS_246626/langen/index.htm)>- Acesso 09/09/2017

- PALMA, G. 2004. “Gansos Voadores e Patos Vulneráveis”. In: FIORI, José L. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PAVESE, Caroline. *A União Económica e Monetária e a dinâmica da integração europeia: uma abordagem das relações internacionais*. Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007. Disponível em: < [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96279/pavese\\_cb\\_me\\_mar.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96279/pavese_cb_me_mar.pdf?sequence=1) > Acesso em 02 nov 2015
- REINERT, E.S., *How Rich Countries Got Rich ...and Why Poor Countries Stay Poor*. Londres, Constable, 2007
- REINERT, E.S. e KATTEL, R.. Failed and Asymmetrical Integration: Eastern Europe and the Non-financial Origins of the European Crisis, *Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics no. 49*, 2013. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/tthwpaper>, Acesso em Novembro de 2017.
- STRANGE, S, *Mad Money*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1998.
- STREECK, W., *Tempo Comprado*, Coimbra, Conjuntura Atual Editora, 2012
- TAYLOR, L., *Varieties of Stabilization Experience*, Oxford: Clarendon, 1988.
- TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992. Disponível em: < [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_on\\_european\\_union\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf) >. Acesso em 22 Abr 2016.
- UNCTAD. *Base de Dados*. Disponível em: <[http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS\\_ChosenLang=en](http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en)> Acesso em 23 abr 2016.
- UNIÃO EUROPEIA. Site oficial: <[http://europa.eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm)> Acesso em 22 Abr 2016.
- VAROUFAKIS, Yanis. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.